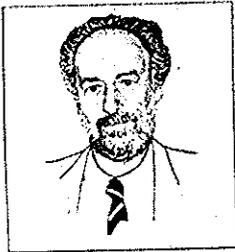


INSTITUTO
 SOCIOAMBIENTAL
 Documentação
 Fonte: *ESP (Espaço Aberto)*
 Data: *7/2/2003* Pg *12*
 Class.: *55*

WASHINGTON NOVAES

Espirros e resfriados

Certamente uma das heranças pesadas recebidas pela nova administração federal está na área de energia, tal a soma de erros, imprevidências, omissões, favorecimentos, deslizos e quejandos que aí se acumulam. E cujas graves consequências estão todos os dias nos jornais.



Energia, uma das heranças ruins deixadas pelo governo FHC

Já se anunciavam, por exemplo, reajustes de tarifas de energia elétrica acima de 20%, alguns perto de 30%, tal como previra a ministra de Minas e Energia no início de janeiro – atribuindo esses índices exatamente à “herança” do governo anterior, acumulada nas áreas cambial, nos leilões de energia no mercado atacadista a preços inacreditáveis, ao “seguro-apagão” e muito mais. “O modelo implica pressão tarifária”, explicou ela (Estado, 7/1/2003), observando ainda que, a seu ver, dever-se-ia trocar o IGP-M pelo IPCA na correção de tarifas – desde que conseguisse fazer isso sem ferir contratos com as empresas.

Exatamente aí está a questão central. Logo depois, o ministro da Fazenda assegurou categoricamente que não será mudada a fórmula de cálculo das tarifas na energia (que incorpora variação cambial e índices de inflação).

Não estranha a ênfase do ministro da Fazenda. *Mutatis mutandis*, não deixa de lembrar por certos ângulos o drama da Argentina, no final do ano passado, quando a gigantesca crise cambial levou o governo à decisão de rever os contratos de privatização de serviços públicos, exatamente para desdolarizar as tarifas e desatrelá-las de índices norte-americanos de correção da inflação. As pressões externas se tornaram insuportáveis, o mundo desabou e, com ele, vários presidentes da República.

Aqui, não bastasse o imbróglio das tarifas – que têm de cobrir tudo aquilo mais a remuneração da energia não consumida no racionamento, mais o mal chamado seguro-apagão (que remunerará ter-

moelétricas sem funcionar) –, ainda estamos, mais uma vez, às voltas com os dramas do álcool.

Nem o ministro da Agricultura, que é produtor na área, consegue entender – dizem os jornais de quarta-feira última – por que, de novo, o preço do álcool sobe mais que o combinado com o governo (os usineiros negam esse

acordo). E já nem se cogita de qual será outro prejuízo das populações urbanas, que, com a redução do teor de álcool na gasolina, verão aumentar os índices de poluição por veículos (90% do total na Grande São Paulo), as doenças respiratórias.

Provavelmente a explicação estará em vários fatores: governos estaduais semifalidos que aumentam o preço-base sobre o qual é cobrado o ICMS nos combustíveis; mercado externo favorável, com o Japão, a Suíça e outros países europeus, importando álcool para reduzir suas emissões do efeito estufa (enquanto nós aumentamos); a possibilidade, aventada pelo próprio ministro, de que num cenário de guerra muitos países possam recorrer a uma eventual produção brasileira de energia gerada por biomassa

(como o álcool).

E assim vamos, o mundo espiando e nós nos resfriando. Mas também com complicadores internos, como a inflação ascendente, fruto também de fatores locais.

Não bastasse, o presidente da Eletrobrás adverte (Estado, 3/2/2003) que há uma “ameaça real” de os investidores estrangeiros que controlam empresas de energia privatizadas desistirem desses negócios (12 grupos controlam 26 empresas no setor; 2 já se retiraram). Mas acha que o “consumidor não pode pagar sozinho todos os erros do setor elétrico”. E Roberto Pereira d’Araujo, do Instituto Ilumina, adverte que “os preços no atacado (da energia), do jeito que estão sendo fixados, podem levar uma empresa à falência em questão de meses”.

O primeiro caso já está no noticiário, com a possibilidade de o BNDES receber de volta uma empresa privatizada e por ele financiada – mas com débitos da ordem de US\$ 1,2 bilhão (Estado, 4/2/2003). Será saneada e reprivatizada (possibilidade que o presidente do BNDES anunciou em meio a intensa polêmica)?

Não será o único abacaxi para o governo. Das 49 usinas termoeletricas anunciadas no Programa Prioritário dessa área energética, só 37 continuaram em cena, mas apenas 14 saíram do papel; outras 10 estão sendo implantadas, pelo menos mais 3 de-

sistiram. E surgem casos até como o de uma usina no Nordeste, implantada, mas que não teria como conectar-se com a rede de distribuição.

Não bastasse, anuncia-se que o prejuízo da Petrobrás em 2002, por causa do gás da Bolívia e da compra obrigatória de energia das termoeletricas (mais cara que a hidrelétrica), pode chegar a US\$ 1,84 bilhão (Estado, 3/1/2003).

E, se já não fosse muito, o governo terá de descascar o abacaxi de Angra 3 (constrói ou não constrói? Aceita a posição contrária do Ministério do Meio Ambiente?) e decidir sobre a hidrelétrica de Belo Monte e outras previstas para a Amazônia – sob fogo cruzado dos ambientalistas –, destinadas principalmente a aumentar a exportação de eletrointensivos (alumínio, ferro-gusa), absorvendo internamente pesados custos energéticos, sociais e ambientais.

Quem tiver curiosidade – e fôlego – para saber de todos os desatinos cometidos no setor de energia nos anos mais recentes, vale a pena ler o relatório preparado pelo prof. Ildo Sauer, da USP e do Instituto Ilumina, e um grupo de professores, sob o título *O racionamento de energia elétrica decretado em 2001: estudo das causas e responsabilidades e análise das irregularidades e dos indícios de improbidade na compra de energia emergencial e nas compensações às concessionárias*. É espantoso o que está ali.

Triste também é verificar que, no meio de tanta crise, a questão da eficiência energética continue a merecer tratamento secundário. A sociedade provou, durante o racionamento, que era possível economizar mais de 20% da energia que consumia, sem prejuízo relevante. Continua a economizar, porque aprendeu a utilizar equipamentos e lâmpadas mais eficientes. E ainda seria possível cogitar de outras alternativas (reescalonamento de horários e de tarifas, cogeração, etc.).

Mas nada disso parece ser prioritário. Pensa-se em investimentos na expansão da oferta, continua-se enredado em contratos e tarifas. Haverá saídas de fato suficientes por aí?



Acosta